

MPV 595

00573

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS									
Data Proposição 12/12/2012 Medida Provisória n. 595, de 6 de dezembro de 2012									
	Autor Senador Romero Jucá							n° do prontuário	
1 □ Supressiva 2. □ Substitutiva 3. X Modificativa 4. □ Aditiva 5. □ Substitutivo Global								Substitutive Clobal	
L	Página	J L	Artigo 6°	Parágrafo TEXTO/JUSTIFICA	CÃO	Inciso		alínea	
Valeria / Mat. 4595/	Dê-se ao caput do artigo 6º da Medida Provisória nº 595, de 2012, a seguinte redação: "Art. 6º Nas licitações dos contratos de concessão e arrendamento serão considerados como critérios para julgamento a maior movimentação e outros estabelecidos no edital, na forma do regulamento. "(NR) JUSTIFICAÇÃO A intenção do governo ao estabelecer que um dos critérios de julgamento será "a maior movimentação com a menor tarifa" é bem intencionada. Entretanto, na prática geraria uma excessiva subjetividade nos certames, ainda que regulamentação infra-legal e o edital possam estabelecer pesos para cada critério. O setor portuário é complexo, e possui uma infinidade de movimentações e tipos de armazenagem para cada mercadoria. Em especial no setor de contéineres e carga solta, seria impossível estabelecer limites tarifários e/ou de preços minimamente objetivos, verificáveis a								
Vaieria									
	posteriori, e confiáveis. Apesar da intenção louvável, a complexidade do setor inviabiliza a adoção do critério de menor tarifa para julgamento das licitações. Já o critério de maior movimentação contempla, ainda que indiretamente, o objetivo de reduzir o chamado "custo Brasil", pois para movimentar mais carga o terminal terá necessariamente que praticar tarifas e preços competitivos.							ntempla, ainda que nentar mais carga o	
	Considerando que são esperados muitos investimentos no setor a partir do novo marco legal, o operador portuário que insistir em preços e tarifas elevados não conseguirá cumprir suas metas de movimentação acordadas quando da assinatura dos contratos, que preverão penalizações. Torna-se incontornável a exclusão da expressão "com a menor tarifa" da nova Lei dos Portos, sob pena de engessar o próprio licitante em considerar, caso a caso, os melhores critérios de julgamento, observando-se sempre o principal objetivo: destravar os investimentos e aumentar a movimentação de cargas nos portos brasileiros.								
	Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2012. Senador Romero Jucá								

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas Recebido em 13 1 12 120 12 às .